

Termos de referência:

Estudo de pré-viabilidade

**Programa de restauração da biodiversidade e requalificação
urbana no Distrito de Icoaraci em Belém**

*(Programa de Restauração da Biodiversidade e Requalificação
Urbanística no Distrito de Icoaraci em Belém, PA)*



Agência Francesa de Desenvolvimento

I. Contexto da prestação de serviços

1. O Programa de requalificação urbana do distrito de Icoaraci

Contexto de intervenção do Programa

O Município de Belém

Belém é a capital do estado do Pará, totalmente incluída na Amazônia, que abriga a maior ilha fluvial do mundo, a ilha de Marajó. Em 2022, o Estado representava 4,1% da população brasileira e era responsável por 2,2% do PIB do país. O Pará faz parte da Amazônia Legal, ao lado de outros 6 estados da região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima e Tocantins), do norte do Mato Grosso e do oeste do Maranhão. Esta região setentrional do Brasil tem 28 milhões de habitantes e dois terços da sua superfície são cobertos por áreas florestais. Concentra-se em questões multidimensionais de desenvolvimento: atraso econômico em relação às outras regiões (apenas 8% do PIB nacional, PIB/hab. de 4 574 USD para uma média nacional de 7 507 USD), questões de coesão social e desigualdades exacerbadas, questões de acesso a bens e serviços essenciais para a população, degradação do capital ambiental, entre outros. Os habitantes da região vivem principalmente em áreas urbanizadas, cujo crescimento desordenado causa pressões ambientais e compromete o acesso a serviços públicos básicos (água potável, saneamento, transporte público, etc.).

Belém está localizada na baía de Guajará, a jusante do rio Pará, complexo estuário entre o Delta do Rio Amazonas, o rio Tocantins, Campina Grande e a baía de Marajó. Abriga um porto industrial localizado a cerca de cem quilômetros do oceano Atlântico, o que faz dele um centro comercial e logístico essencial na região Norte. A cidade está localizada na margem direita do rio Guamá que, embora faça parte do sistema hidrográfico da Amazônia, é separado da maior parte do delta do Amazonas pela ilha de Marajó. A cidade está localizada em uma planície aluvial, regularmente inundada durante períodos de chuvas intensas. Atravessada por vários rios e cursos de água que influenciam o clima e a vida da população. Conta com 14 bacias hidrográficas.

A Região Metropolitana de Belém tinha 2,7 milhões de habitantes em 2022 (1,3 milhões para o município de Belém e 1,4 milhões para os outros 7 municípios da aglomeração, ou seja 29% da população do Estado). O PIB anual per capita é de aproximadamente 3.800 dólares, ou seja, metade da média nacional). O setor de serviços é o principal motor da economia local, concentrando atividades como comércio, turismo, transportes e serviços públicos. O turismo é uma indústria em crescimento, impulsionada pela beleza natural da região e cultura local. A economia de Belém enfrenta desafios como desigualdade social, informalidade no mercado de trabalho e dependência dos recursos naturais.

A cidade sofreu um crescimento populacional significativo nas últimas décadas, impulsionado pela industrialização e os movimentos migratórios regionais. A densidade populacional é elevada, especialmente em algumas áreas da cidade, o que afeta a pressão sobre os serviços públicos e as infraestruturas. Como outros centros urbanos brasileiros, Belém tem grandes desafios de poluição atmosférica e emissão de gases de efeito estufa, com um setor de transporte como o principal emissor (atrofia do transporte público), uma gestão de águas residuais e resíduos sólidos particularmente complexa (baixa taxa de acesso ao saneamento e resíduos eliminados no aterro de Marituba no subúrbio leste da cidade). A cidade está situada no centro de um ecossistema estratégico para a região, particularmente vulnerável aos efeitos das alterações climáticas. A formação e expansão urbana de Belém, ao longo dos anos, tem sido marcada por desigualdades sociais. As pressões ambientais e a ocupação informal em zonas de inundação periféricas, com impactos negativos na gestão dos recursos hídricos e no desenvolvimento, vem suprimindo os recursos naturais, a qualidade de vida da população e o patrimônio histórico e cultural urbano.

O Plano Diretor de Belém

Neste contexto, o município¹² está atualizando seu Plano Diretor para fortalecer os objetivos de inclusão socioeconômica e de combate à vulnerabilidade climática do território no planejamento urbano. O Plano Diretor atualmente em vigor, datado de 2008 (lei nº8.655), já destacava a função social da cidade, mencionando os direitos à terra em meio urbano, ao acesso à moradia, ao saneamento, às infraestruturas e aos serviços públicos, mobilidade, emprego, assistência social, espaços públicos e patrimônio ambiental e cultural.

Orquestrada pela Secretaria Municipal de Coordenação Geral, Planejamento e Gestão (SEGEP)³ e pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CDU), a revisão do Plano Diretor está em curso desde 2024 e foi objeto de um processo participativo e de consultas públicas. Uma lei municipal sobre o Plano Diretor revisado deve ser apresentada à Assembleia Municipal em junho de 2025. Esta abordagem deve ser apoiada por várias iniciativas lançadas recentemente, como o Fórum Municipal sobre Mudança do Clima (FMMCB, instância consultiva instituída em 2023 para coordenar e promover as políticas de desenvolvimento sustentável em Belém, com vista à preparação da COP-30 sobre o clima de novembro de 2025), o Plano municipal de ação climática (Plano Local de Ação Climática de Belém - PLAC, apoiado pelo ICLEI-Local Governments for Sustainability e adotado em dezembro de 2024) que se baseou no primeiro inventário de emissões de gases com efeito de estufa do município, bem como em um diagnóstico dos serviços ecossistêmicos e uma análise de risco e vulnerabilidade climática.

Além disso, o Plano Diretor revisado deve levar a integrar soluções de desenvolvimento planejadas no Plano Plurianual de Investimento da cidade (PPA), visando afastar a população das áreas de risco, garantir moradias decentes equipadas com sistemas de saneamento, criar espaços públicos, proteger e aumentar os espaços de biodiversidade urbana e garantir uma mobilidade urbana fonte de oportunidades econômicas e de integração social para as populações precárias.

Distrito de Icoaraci

Estas problemáticas de ordenamento urbano, de coesão social e de vulnerabilidade climática manifestam-se com uma acuidade particularmente forte em alguns bairros da capital, em particular no distrito de Icoaraci (167.000 habitantes) ao norte da aglomeração. Este distrito abriga áreas urbanas densamente povoadas com uma forte presença de populações indígenas e de origem africana. Está dividido em 4 bairros: Ponta Grossa, Agulha, Paracuri e Parque Guajará. Caracteriza-se pelo desaparecimento da sua vegetação nativa, principalmente devido à urbanização, com habitações precárias construídas em zonas inundáveis.

O distrito também possui um importante patrimônio histórico e cultural regional, bem como potencial de desenvolvimento econômico através do empreendedorismo e emprego locais, bem como do turismo, por abrigar o pólo de produção de cerâmica Tapajônica e Marajoara, oriundo das tradições dos povos da região amazônica. A Escola de Artes Mestre Raimundo Cardoso, referência para a cerâmica regional, também está localizada junto à Travessa da Soledade, assim como várias pequenas lojas de artesanato e cerâmica da região.

A bacia hidrográfica de Paracuri (1.600 hectares, 135.000 habitantes, dos quais cerca da metade em habitats precários segundo dados disponíveis) está localizada no distrito de Icoaraci. A bacia, preservada e pouco habitada até o início dos anos 1980, foi progressivamente ocupada a partir de

¹Ver: <https://pgm.belem.pa.gov.br/legislacao/meio-ambiente-e-urbanismo/>

²Ver decreto municipal nº110.068 publicado no Jornal Oficial em 1o de abril de 2024 que estabelece a comissão especial de revisão do Plano Diretor do município de Belém: https://planodiretor.belem.gov.br/wp-content/uploads/2024/09/dom_02-04-24.pdf-DECRETO-COMISSAO-TECNICA.pdf e <https://planodiretor.belem.pa.gov.br/processo-de-revisao/#informacoes-gerais>

³ <https://americadosul.iclei.org/wp-content/uploads/sites/78/2024/12/plac-belem-612-v3.pdf>

1985, em torno das principais vias navegáveis, com casas de madeira voltadas principalmente para o rio. Com o desenvolvimento industrial e urbano e o aumento da população, a periferia de Icoaraci também aumentou, com várias áreas ocupadas causando uma forte pressão sobre o solo. Vários complexos residenciais foram construídos para realojar famílias afetadas por projetos financiados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e eles próprios foram parcialmente ocupados irregularmente antes da sua finalização. A área sofre hoje regularmente inundações durante as fortes chuvas e marés altas, de janeiro a maio. Os habitantes têm, além disso, um acesso muito limitado à rede de transportes públicos e encontram-se marginalizados em espaços de exclusão socioeconômica na periferia da aglomeração.

O Plano Diretor do município deverá, assim, integrar ações específicas em favor do distrito de Icoaraci e da bacia de Paracuri. O plano plurianual do município (PPA) para 2022-2025 já menciona estudos e trabalhos relativos à bacia de Paracuri.

Apresentação do Programa

Calendário e montante

A Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX) da União Federal do Brasil, deu seu acordo em 26/09/2024 para que este Programa, no valor total de 67 milhões de euros, seja financiado até 80% (54,5 milhões de euros) por um empréstimo da AFD ao município de Belém, beneficiando da garantia federal, com base numa Carta Consulta que apresenta o Programa (anexo). O início da instrução deste financiamento pela AFD foi formalmente validado pelo seu Comité de Identificação Interno de 27/11/2024. A concessão do financiamento pelos órgãos de decisão da AFD está prevista antes de outubro de 2025, o que implica um comitê de crédito em julho e a transmissão do dossiê final interno às instâncias da AFD para aprovação do financiamento em setembro de 2025.

Objetivos

A finalidade da intervenção da AFD é acompanhar o município de Belém na implementação de uma gestão urbana mais inclusiva e resiliente, melhorando a qualidade de vida dos habitantes e em particular das mulheres.

O objetivo do Programa é a restauração da biodiversidade e requalificação urbana da região da Travessa *Soledade*, no distrito de Icoaraci, na bacia hidrográfica de Paracuri.

Componentes

O Programa está organizado nesta fase em torno dos 3 componentes seguintes apresentados na Carta Consulta (ver *imagens abaixo*):

- **Componente 1 (33,7 M€): Proteção, conservação e preservação dos espaços e conexões verdes e azuis.** Este componente prevê a construção de um parque linear e a re-naturalização de um afluente do rio Paracuri, com o objetivo de combater o empobrecimento natural do rio e promover a proteção da biodiversidade e da vegetação ribeirinha, e permitir uma urbanização integrada em torno do rio Paracuri, combatendo os efeitos das mudanças climáticas (ilhas de calor, inundações) e criando espaços públicos de lazer e promovendo a mobilidade ativa.
- **Componente 2 (27,6 M€): Revitalização urbana.** Este componente refere-se às obras de construção de estradas e às ações de habitação e reinstalação associadas. Diz respeito à requalificação urbana da Travessa da Soledade. As intervenções de pavimentação incluem a

duplicação e ampliação de vias, intervenções em calçadas, ciclovias, passagens de pedestres e construção de uma via através da extensão do pavimento num trecho da Travessa da Soledade (onde atualmente se encontra uma ponte de madeira e casas sobre palafitas) permitindo a ligação com a Rota Augusto Montenegro e a integração da rede viária urbana. O componente prevê também a construção de 500 unidades habitacionais (unidades habitacionais), convencionais ou sobre palafitas, e a reinstalação ou compensação (ou outras medidas compensatórias) dos habitantes atualmente instalados irregularmente em zonas de risco e em condições precárias nas zonas de intervenção do projeto (estimadas em cerca de 1500 pessoas).

- **Componente 3: Estudos e gestão do Programa (5,6 M€)**, incluindo nomeadamente os principais estudos técnicos, a elaboração de um plano de reinstalação, a gestão e supervisão técnica e socioambiental e a inclusão de uma vertente gênero no Programa. A vertente gênero visa a integração do gênero na concepção das infraestruturas e a realização de formações profissionais destinadas às mulheres.

Apresentação do projeto pelo município de Belém, anexado à Carta Consulta:



1 Requalificação Viária - 2,21km

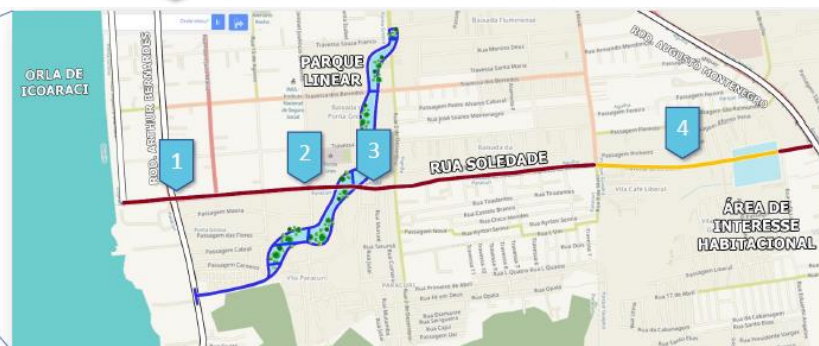
4 Reforma de Ponte sobre Parque Linear - 1,3 km

2 Duplicação de via - 0,31 km

5 Área de Interesse Habitacional - 3,2 ha

3 Construção Viária - 0,56 km

6 Reabilitação do Igarapé e Construção de Parque Linear



O plano de financiamento, repartido por componentes, subcomponentes e produtos, é apresentado de forma sintética na Carta Consulta e de forma mais *detalhada* no anexo da mesma:

Componentes	Valor(€)
C - 1. PROTEÇÃO, CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE ESPAÇOS VERDES E AZUIS	33.676.374,20
S - 1.1. PARQUE LINEAR	33.676.374,20
P - 1.1.1. Obras de construção de Parque Linear e renaturalização de afluente do rio Paracuri	33.676.374,20
C - 2. REVITALIZAÇÃO URBANA	27.626.654,29
S - 2.1. REQUALIFICAÇÃO VIÁRIA	833.800,32
P - 2.1.1. Obras de requalificação viária de trecho da Tv. da Soledade	833.800,32
S - 2.2. DUPLICAÇÃO VIÁRIA	308.542,66
P - 2.2.1. Obras de duplicação viária de trecho da Tv. da Soledade	308.542,66
S - 2.3. CONSTRUÇÃO VIÁRIA	4.166.605,44
P - 2.3.1. Obras de construção de trecho viário de interligação da Tv. da Soledade com a Rod. Augusto Montenegro	4.166.605,44
S - 2.4. UNIDADES HABITACIONAIS	17.888.249,63
P - 2.4.1. Obras de recuperação e construção de unidades habitacionais para reassentamento	17.888.249,63
S - 2.5. SOLUÇÕES DE REASSENTAMENTO	4.429.456,24
P - 2.5.1. Execução do Plano de Reassentamento	4.429.456,24
C - 3. ESTUDOS, PLANOS, PROJETOS E GESTÃO DO PROGRAMA	5.630.246,15
S - 3.1. REQUALIFICAÇÃO URBANA SUSTENTÁVEL	1.326.346,15
P - 3.1.1. Estudos, projetos básicos e executivos para obras viárias, de renaturalização do afluente do rio Paracuri, Parque Linear, drenagem pluvial sustentável e unidades habitacionais	1.065.789,90
P - 3.1.2. Elaboração de Plano Específico de Reassentamento	260.556,25
S - 3.2. INCLUSÃO DE GÊNERO	301.756,00
P - 3.2.1. Estudo sobre incorporação da lente de gênero em todas as etapas do Programa	166.756,00
P - 3.2.2. Formação profissional para mulheres e comunidades indígenas na Rota da Cerâmica	100.000,00
P - 3.2.3. Capacitação e sensibilização da equipe de projeto sobre inclusão da lente de gênero e inclusão social	35.000,00
S - 3.3. GESTÃO DO PROGRAMA	4.002.144,00
P - 3.3.1. Supervisão técnica, social e ambiental	2.194.892,50
P - 3.3.2. Gerenciamento técnico e socioambiental	1.500.804,00
P - 3.3.3. Auditoria externa	31.300,10
P - 3.3.4. Comissão de administração	275.147,40

Legenda: Componente (C), Subcomponente (S) e Produto(P).

Organização institucional do Programa

A gestão desse Programa multisectorial envolve diferentes serviços do município, em primeiro lugar o gabinete do prefeito (representante da direção) e a Secretaria Municipal de Coordenação Geral, Planejamento e Gestão (SEGEP - responsável pela coordenação do programa). Serão mobilizadas diversas outras Secretarias municipais setoriais, como a Secretaria de Habitação (SEHAB), do Meio Ambiente (SEMMA), da Mobilidade Urbana (SEMOB), do Saneamento (SESAN), do Urbanismo (SEURB) e do Turismo (BELEMTUR) ; assim como a Sociedade de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM) e a Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA). A criação de uma UGP também será prevista por decreto municipal.

Com o objetivo de integrar uma forte participação da sociedade civil e dos cidadãos no sentido mais amplo, a coordenação do Programa na sua fase de execução também integrará as instâncias de gestão comunitária do Distrito de Icoaraci, o Fórum de Participação Municipal («Tá Selado!»), o Fórum de Coordenação das Mulheres (COMBEL), de luta contra o racismo (COANT) e de diversidade sexual (CDS).

2. Experiência do município de Belém com outros financiadores no setor urbano

O Município de Belém beneficia atualmente de vários programas no setor urbano, financiados por várias entidades internacionais:

- **O programa PROMMAF (FONPLATA):** Este *programa prevê uma intervenção na zona* da bacia hidrográfica *do Mata Fome, ao norte* de Bélem, distribuída por 4 bairros e 75 ha. Visa 145 mil pessoas, das quais 23 mil estão localizadas em área de risco de inundação. Pretende responder às problemáticas dos bairros em causa, de alta densidade e com a presença de casas sobre palafitas: ausência de serviços essenciais como água e saneamento, deficiências da rede viária

que gera dificuldades em termos de micro drenagem, mobilidade e acessibilidade, baixa coleta de resíduos, ilhas de calor em ligação com a supressão da vegetação como resultado da ocupação e baixa arborização. A acumulação progressiva de sedimentos levou também ao assoreamento dos cursos d'água e ao aumento das zonas inundáveis. Neste contexto, o programa visa a urbanização destes bairros, distribuídos em 5 zonas. Estão previstas expropriações para cerca de 900 edifícios e 1200 famílias. Há também desafios de desenvolvimento econômico em relação às atividades voltadas para o rio que está localizado perto dos bairros (açai, pesca, etc.). Este programa é financiado pelo FONPLATA (60 MUSD) e o município (15 MUSD). Um contrato foi assinado em fevereiro de 2024 para a primeira fase, que prevê a realização de obras de urbanização e habitação e, posteriormente, de macrodrenagem durante 4 anos. Os contratos relativos aos estudos e ao contrato de gestão estão em curso. O Ministério das Cidades também está envolvido no âmbito do Programa «Periferia Viva» (153 M R\$) e a cidade (11 MR\$).

- **O programa PROMABEM** - Programa de Saneamento Ambiental da Bacia da Estrada Nova (BID): é um programa de macrodrenagem, próximo ao rio e com casas sobre palafitas (palafitas), que também envolve a regularização fundiária, Melhoria das condições de habitação e saneamento. Estão previstos reassentamentos em um conjunto habitacional; os deslocados recebem ajuda até à sua reinstalação. Cerca de 450 edifícios e 1200 famílias estão envolvidos. O BID também financia compensações e indenizações para as populações que não podem ser realocadas. A primeira fase foi assinada em 2006, mas ficou parada por 8 anos após uma mudança de equipe municipal. O PROMABEM 1, com um montante total de 173 milhões de dólares, é financiado pelo BID a 50% e sua duração acaba de ser estendida até 2025. Um consórcio de 3 empresas brasileiras intervém. Ele diz respeito a 73 edifícios já selados, dos quais 58 já foram demolidos. PROMABEM 2 deverá ser assinado em 2025 e abranger 231 edifícios. Uma terceira fase está prevista a partir de 2026. Os procedimentos de realocação e medidas compensatórias são previstos pela câmara municipal (subcoordenação social).

3. Contexto de intervenção da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) no Brasil

O Grupo AFD

A Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), é um estabelecimento público do dispositivo francês de cooperação, a atua há oitenta anos para combater a pobreza e favorecer o desenvolvimento nos países do Hemisfério Sul. Agente central da política de desenvolvimento francesa e banco de desenvolvimento público e solidário, a Agência tem como missão acompanhar os parceiros da França em direção a um mundo em comum, dando prioridade à luta contra as mudanças climáticas e a pobreza. Apoia os Estados, as empresas públicas, as coletividades locais e as ONG e cria com eles sinergias para catalisar, fertilizar e difundir soluções inovadoras a serviço das populações. Atua em diversos setores (energia, saúde, biodiversidade, água, urbanismo, formação) e oferece uma ampla gama de serviços financeiros e não financeiros. Graças à sua rede técnica, participa também no diálogo sobre as políticas públicas, compartilha o seu know-how e sensibiliza para os desafios do desenvolvimento e da solidariedade internacional.

A AFD está sujeita à lei bancária como sociedade de financiamento. Através de subvenções, empréstimos e fundos de garantia, financia projetos, programas e estudos que apoiam um crescimento econômico mais sustentável e compartilhado, melhoram as condições de vida dos mais pobres, contribuem para a preservação do planeta e ajudam a estabilizar os países frágeis ou em saída de crises. Também acompanha os seus parceiros do hemisfério Sul no reforço das suas capacidades.

O grupo AFD reúne a AFD, sua filial Proparco dedicada ao financiamento dos atores do setor privado, bem como a agência interministerial de cooperação técnica Expertise France.

A intervenção do Grupo AFD no Brasil

Ativa na América Latina desde 2007, a AFD atua no Brasil para promover um modelo de desenvolvimento sustentável e solidário, sendo a preservação do clima e a inclusão social marcadores estruturantes da sua intervenção na região. No Brasil, atua para melhorar a qualidade de vida das populações e incentivar o desenvolvimento de cidades sustentáveis, resilientes às mudanças climáticas e solidárias. A partir da Direção Regional Brasil-Cone Sul, com sede em Brasília, a AFD privilegia uma abordagem de parceria que reúne os atores brasileiros e franceses sobre temas de interesse comum. Os seus modos de intervenção são múltiplos no âmbito de uma abordagem Grupo bem sucedida: financiamento de projetos junto de diversos atores (União, Estados federados, municípios, instituições financeiras e empresas públicas) em apoio às políticas públicas (AFD) ; acompanhamento do desenvolvimento do setor privado e das infraestruturas (Proparco) e mobilização de conhecimentos técnicos (Expertise France).

Posicionamento da AFD na Amazônia legal e no Estado do Pará

Desde os anos 2010, a AFD desenvolveu na Amazônia brasileira um portfólio de operações em intermediação financeira (Banco do Brasil) e em subsídios através de projetos regionais (TerrAmaz, TerrIndígena 1 e 2) e de projetos nacionais em favor das comunidades indígenas (Xingu em Mato Grosso, FISONG TI Brasil), da segurança fundiária e das filiais da bioeconomia (IPAM no Pará). Enquanto a lógica histórica dos primeiros apoios visava mais o financiamento de prestações de assistência técnica através de parceiros franceses (2009-2013), o portfólio atual acompanha mais as abordagens de desenvolvimento local ambientalmente amigáveis formuladas pelos parceiros locais. A AFD assinou dois empréstimos com bancos de desenvolvimento brasileiros (BNDES e BASA) para apoiar infraestruturas sustentáveis e a bioeconomia na região e está preparando três operações com comunidades locais.

Por sua vez, a Expertise France intervém na região através de dois programas regionais financiados pela UE (Euroclima+ e Amazonia+), sobre temáticas de preservação/governança florestal e promoção dos direitos dos povos indígenas.

II. Objetivo geral da prestação

O objetivo da prestação é apoiar a equipe-projeto da AFD e o seu parceiro, o Município de Belém, na preparação e estruturação do Programa para aprovação do financiamento da AFD pelas instâncias decisórias da AFD.

As atividades específicas serão:

- Apresentação detalhada do programa (contexto, objetivos, previsão dos investimentos a financiar em ligação com a estratégia da cidade e a estratégia da AFD, impactos, análise das questões climáticas, biodiversidade, gênero, análise institucional e modo de funcionamento, definição de um quadro lógico);
- Elaboração do Marco de Gestão Ambiental e Social (MGAS);
- Elaboração do Marco de Política de Reassentamento Involuntário (MPR);
- Avaliação dos procedimentos e capacidades da cidade de Belém para a adjudicação de contratos;

- Elaboração do Plano de Ação de Gênero;
- Aprofundamento e preparação da operacionalização do Programa.

III. Descrição detalhada das atividades e dos resultados e produtos esperados

1. Atividade 1: Apresentação detalhada do programa (contexto, objetivos, definição dos investimentos, análise das questões climáticas, biodiversidade, gênero e definição de um quadro lógico)

Esta atividade é constituída pelos seguintes elementos de análise:

1.1. Avaliação dos desafios e da pertinência dos investimentos propostos no âmbito do Programa e proposta de um plano de financiamento e calendário de execução detalhados

- Identificar, recolher e listar a documentação disponível e relevante para análise, nomeadamente:
 - (i) estudos técnicos sobre o projeto (anteprojeto, diagnóstico da biodiversidade, análise dos riscos climáticos, estudos ambientais e sociais, dados relativos aos deslocamentos involuntários de população, etc.);
 - (ii) os principais documentos estratégicos e políticas setoriais da cidade de Belém em matéria de desenvolvimento urbano, clima, biodiversidade, gênero (Plano Diretor municipal em fase de finalização, Plano de Ação Climática e outros documentos relacionados com a resposta aos riscos climáticos, documentos estratégicos municipais em termos de drenagem, mobilidade, gênero, etc.);
 - (iii) outras fontes de dados disponíveis e eventuais lacunas nos dados disponíveis que conduzam à recolha de dados primários durante a missão;
- Realizar uma análise crítica sintética dos documentos estratégicos da cidade de Belém, em particular o Plano Diretor em revisão, identificando em especial as considerações presentes no documento referente aos desafios climáticos, ambientais e sociais, de biodiversidade, e de gênero;
- Detalhar os desafios e objetivos do Programa a ser financiado: será realizada uma análise completa da situação atual do desenvolvimento urbano na área do Programa, identificando os principais problemas, desafios e oportunidades de investimento para o desenvolvimento sustentável, levando em conta as características sociais, econômicas e ambientais disponíveis, bem como a articulação com potenciais outros projetos na zona (ex: projeto «Belém das Águas» mencionado na Carta Consulta);
- Com base nos estudos disponíveis sobre os investimentos a realizar, dar um parecer técnico sobre a viabilidade e a coerência técnica dos investimentos incluídos nas Componentes 1 e 2 do Programa, Especificar as opções de desenvolvimento que o município está considerando ou deve considerar, e fazer recomendações sobre esses elementos fornecendo os primeiros elementos do enquadramento técnico (dimensionamento, soluções, com especial atenção à consideração de Soluções Baseadas na Natureza), incluindo a análise da relação custo/cumprimento dos objetivos;

- Confirmar a elegibilidade dos investimentos em relação à lista de exclusão do Grupo AFD, em particular⁴ o alinhamento com os artigos 17 sobre a biodiversidade e 19 sobre os reassentamentos (em conexão com a atividade 4);
- Detalhar o plano de financiamento do programa, confirmando ou adaptando as estimativas atuais dos montantes e custos das componentes, subcomponentes e produtos, conforme apresentado na Carta Consulta; identificar, para cada atividade, os interlocutores relevantes para a execução;
- Fornecer uma análise dos riscos potenciais e desafios que possam ter impacto no sucesso do programa, incluindo os riscos relacionados a fatores técnicos, institucionais, ambientais e sociais (em conexão com a atividade 4), e propor medidas de mitigação para enfrentar esses riscos em conexão com o Município;
- Propor, se necessário, alternativas e variantes ao Programa, tecnicamente viáveis, que permitam evitar ou reduzir os impactos ambientais e sociais nomeadamente em termos de deslocações físicas e/ou económicas (em ligação com a atividade 4) e redução das desigualdades baseadas no gênero;
- Identificar e considerar as necessidades específicas das mulheres e dos dependentes (crianças, idosos, pessoas com deficiência) para que a conceituação dos investimentos das componentes 1 e 2 responda a essas necessidades (espaços públicos de lazer, mobilidade, revitalização urbana): utilização, apropriação, acesso, segurança (sinalização, iluminação, visibilidade, frequência, itinerários, deslocamento, manutenção). Prever a contribuição das mulheres na conceituação desses investimentos.
- Propor, se for caso disso, alternativas e variantes ao Programa, tecnicamente viáveis, que favoreçam a luta contra as alterações climáticas e as medidas de adaptação (em ligação com a atividade 1.3) ;Apoiar a prefeitura na identificação dos estudos complementares necessários antes da implementação⁵ das obras (estudos de A&S como Estudos de Impacto Ambiental e Social (ESIA), Planos de Gestão Ambiental e Social (PGES), Planos de Ação de Reassentamento (PAR), Plano de Compromisso das Partes Interessadas (PMPP) (em relação à atividade 4), estudos relativos à mobilidade, diagnóstico fundiário, diagnóstico socioeconómico, estudo sobre a qualidade da água, inventário de biodiversidade, diagnóstico e plano de ação gênero, etc.) e atualizar e detalhar o subcomponente 3.1.1 da Carta Consulta em conformidade;
- Propor um calendário de execução dos estudos e obras e detalhar os principais contratos associados num Plano de Aquisições (a AFD fornecerá um modelo de Plano de Adjudicação) bem como um calendário de execução dos trabalhos e um plano de desembolso efetivo do empréstimo da AFD em função das despesas previstas;

1.2. Analisar as questões do programa relativas à biodiversidade

Esta subatividade, que deve ser produzida em articulação com a atividade 4 (MGAS), visa

- Especificar o diagnóstico do estado da biodiversidade na área de influência do projeto: descrição e mapeamento dos habitats naturais ou modificados (protegidos, sensíveis, ameaçados e/ou fragmentados) e suas ligações funcionais (corredores ecológicos); identificação das principais espécies animais e vegetais presentes no sítio e sua distribuição geográfica;

⁴ <https://www.afd.fr/fr/ressources/liste-dexclusion-du-groupe-afd>

⁵P3.1.1 Não há dúvida. "Estudos, projetos básicos e executivos para obras viárias, de renaturalização do afluente do rio Paracuri, Parque Linear, drenagem pluvial sustentável e unidades habitacionais".

- Identificar as ameaças e os possíveis fatores de perturbação para a flora e a fauna: análise aprofundada da vulnerabilidade dos meios, dos fatores de pressão (bióticos ou abióticos) sobre a biodiversidade e os possíveis meios de redução destas pressões no âmbito do projeto previsto;
- Identificar e avaliar os desafios relacionados com as intervenções do projeto, em particular as relativas ao desenvolvimento do parque linear no nível do braço do rio Paracuri, bem como nas zonas identificadas para a construção de unidades de realojamento (áreas de interesse habitacional) caracterizadas *por áreas arborizadas*, e os riscos e oportunidades do projeto na matéria, especificando o estado inicial dos ecossistemas em causa e as ameaças encontradas.

Com base numa revisão preliminar da norma de desempenho 6 da Sociedade Financeira Internacional extraída da ferramenta I-Ao consultor são levadas a conhecimento as seguintes informações que deverão ser objeto de verificação e eventualmente de aprofundamento aquando da realização desta atividade:

- Num raio de 50km, cruzamento da zona do projeto com:

Protected Areas	1 km: 0	10 km: 4	50 km: 6	10
World Heritage (WH)	1 km: 0	10 km: 0	50 km: 0	0
Key Biodiversity Areas	1 km: 0	10 km: 0	50 km: 1	1
Alliance for Zero Extinction (AZE)	1 km: 0	10 km: 0	50 km: 0	0
IUCN Red List	20			
Critical Habitat	Likely			

- Presença potencial das seguintes espécies da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN):

	Dinheiro	Categorias IUCN	Biomass
Pássaros	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Laterallus jamaicensis/ Black rail ▪ Crax pinima/ Belem Curassow ▪ Psophia obscura/ Black-winged Trumpeter 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ EN ▪ CR ▪ CR 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Água doce ▪ Terrestre ▪ Terrestre
Anfíbios	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Chiasmocleis papachibe 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ EN 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Terrestre e água doce
Mamíferos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cebus kaapori/ Ka'apor Capuchin ▪ Chiropotes satanas/ Black Bearded Saki 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ CR ▪ EN 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Terrestre ▪ Terrestre
Plantas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Swietenia macrophylla/ Big Leaf Mahogany ▪ Aiouea impressa ▪ Euxylophora paraensis/ Pau-amarelo ▪ Handroanthus serratifolius/ Ipê Amarelo ▪ Pilocarpus carajaensis ▪ Garcinia albuquerquei ▪ Hevea camargoana/ Seringa-fingerapó 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ EN ▪ EN ▪ EN ▪ EN ▪ EN ▪ EN ▪ EN 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Terrestre ▪ Terrestre ▪ Terrestre ▪ Terrestre ▪ Terrestre ▪ Terrestre ▪ Terrestre

- No contexto lógico do programa (cf. infra), propor um conjunto de indicadores relevantes para medir o estado inicial da biodiversidade, os resultados esperados e os impactos do projeto em termos de preservação/restauração da biodiversidade e serviços ecossistêmicos, bem como os sistemas e métodos de medição (sistema de monitorização e avaliação).
- Os consultores analisarão a contribuição das atividades previstas do projeto para os serviços ecossistêmicos e incluirão em suas propostas atividades específicas destinadas a reduzir as ameaças à biodiversidade e maximizar os serviços ecossistêmicos. Proporão para os investimentos do projeto opções de intervenção privilegiando as soluções baseadas na natureza e, se for o caso, o recurso a infraestruturas leves e permeáveis, baseando-se nomeadamente no guia «Biodiversité en Ville» da AFD;
- Propor uma avaliação dos co-benefícios «biodiversidade» segundo a metodologia de contabilização biodiversidade da AFD (cf. documento Finance Nature+ em anexo);
- Especificar a organização e as ambições do município em matéria de proteção da biodiversidade; Formular, se necessário, recomendações para um programa de cooperação técnica que possa ser financiado posteriormente pela AFD e que vise apoiar e promover a integração da biodiversidade na estratégia urbana do município (formação do município sobre a temática, conteúdo e principais eixos, exemplo de atividades, intervenientes e beneficiários no seio do município modo de funcionamento do programa, dimensionamento/montante do programa, etc.)

De acordo com a política de partilha de dados do Grupo AFD, os consultores serão obrigados a depositar na plataforma GBIF os dados de inventário fauna/flora recolhidos no âmbito desta prestação (ver procedimento DATA4NATURE em anexo).

1.3. Analisar os desafios do programa relacionados com as alterações climáticas

- Estimar as emissões⁶ de gases de efeito estufa produzidas pelo programa (emissões absolutas), bem como os efeitos do programa sobre as emissões de gases de efeito estufa, em relação a um cenário de referência (emissões relativas). Isto deve permitir identificar medidas que permitam reduzir as emissões (por exemplo, construção bioclimática de habitações, deslocamento modal do tráfego ou florestação de certas zonas) e quantificar os eventuais co-benefícios mitigação climática esperados do Programa. Interessar-se-á, nomeadamente, pelos investimentos dos componentes 1 e 2, em fase de construção e manutenção, e valorizará as emissões evitadas graças à mobilidade suave, à vegetação e a restauração e proteção dos ambientes naturais. A ferramenta Balanço de Carbono da AFD será disponibilizada ao consultor que poderá utilizá-la se desejar (outras ferramentas podem ser utilizadas a critério do consultor).
- Fornecer uma análise dos riscos e vulnerabilidades aos perigos climáticos e propor medidas de adaptação para o Programa. Esta ação visa:
 - (i) Descrever detalhadamente o estado inicial da área do Projeto, sua evolução climática e os riscos, impactos e vulnerabilidades climáticas atuais e futuros que enfrenta, especificando, em particular, o risco de inundações, o risco de ondas de calor e de alteração do regime das chuvas, os potenciais serviços ecossistêmicos de adaptação prestados pelos ecossistemas;

⁶O consultor poderá consultar os [princípios comuns para o financiamento da mitigação climática](#) e as diretrizes da AFD sobre a escolha de uma situação de referência no cálculo das emissões de gases de efeito estufa

- (ii) Considerar a diversidade de grupos populacionais e as disparidades baseadas no gênero, a fim de identificar os fatores de vulnerabilidade específicos de cada um numa abordagem interseccional;
- (iii) Explicar como as atividades do programa são resilientes aos riscos identificados e/ou contribuem para a redução desses riscos;
- (iv) Propor medidas de adaptação, se necessário (em conexão com a atividade 1.1).

O consultor poderá utilizar como ponto de partida os resultados da análise de risco da AFD, que lhe serão fornecidos.

1.4. Realizar um diagnóstico sobre os desafios de gênero e igualdade entre mulheres e homens

Esta atividade terá como objetivo a realização de um diagnóstico sobre as questões de gênero, igualdade entre mulheres e homens, incluindo as comunidades tradicionais da região (especialmente os indígenas e africanos). A região é marcada por uma grande influência social e cultural das comunidades tradicionais e indígenas da Amazônia, aspecto que deve ser levado em consideração na análise do diagnóstico e em todas as etapas do projeto.

- Análise das capacidades da direção e dos parceiros do Programa: o Prestador estudará as capacidades da direção e dos parceiros do Programa, tanto na sua integração do gênero e da igualdade mulheres-homens internamente, e na sua capacidade de integrar o gênero e a igualdade entre mulheres e homens nos objetivos e nas atividades previstas nos componentes do Programa. Para este fim, serão analisados os seguintes elementos:
 - o Compromissos internos para a igualdade de gênero: documentos de política ou estratégia sobre o gênero da Câmara Municipal de Belém (igualdade profissional, evolução da carreira, participação das mulheres nos espaços de decisão, condições de trabalho - horários adaptados e outras medidas que permitam conciliar vida profissional e vida privada e a corresponsabilidade das tarefas de cuidados, equipamentos adaptados tanto à morfologia das mulheres como dos homens - medidas de prevenção, denúncia e sanção da violência baseada no gênero e do assédio);
 - o Peritos presentes e mobilizáveis internamente sobre o gênero e a igualdade entre mulheres e homens: pessoal dedicado, se necessário, formações já recebidas sobre o assunto;
 - o Outros projetos e parcerias que abordam questões de gênero e igualdade entre homens e mulheres, em curso ou já existentes.
- Com base nisso, as necessidades de formação, capacitação e acompanhamento da empresa e dos parceiros serão identificadas para a estruturação de um programa de formação e sensibilização sobre a inclusão social e de gênero no projeto. A apetência e o interesse da direção do projeto quanto à ambição gênero do Programa deverão igualmente ser destacados.
- Estudo socioeconômico da zona visada pelo Programa: com base numa análise documental, complementada por inquéritos de campo conforme necessário, o Consultor realizará (ou completará) um estudo socioeconômico, desagregado por sexo, da zona visada pelo projeto, para documentar o seguinte:
 - o Perfil das famílias: composição, dados e características sociodemográficas, realizando se possível/necessário uma tipologia das famílias;
 - o Utilização do tempo: tempo de trabalho remunerado, tempo dedicado ao trabalho não remunerado, incluindo tarefas domésticas (incluindo as relacionadas com a

- gestão da água e dos resíduos), e tarefas relacionadas com o cuidado das pessoas dependentes/care (crianças, idosos, pessoas com deficiência);
 - Descrição das atividades econômicas presentes na zona;
 - Identificação e descrição das atividades informais;
 - Avaliação das dinâmicas sociais na zona: juventude, migrações, comunidades tradicionais, etc.
- Análise dos desafios de gênero em relação ao setor do projeto: articulando contribuições teóricas e pesquisa de campo com a participação ativa da população da área alvo (por exemplo, através de consulta cidadã, mapeamento social de gênero, caminhada exploratória), o Consultor destacará as questões de gênero e interseccionalidade relevantes para o Programa e o setor em que ele se insere. Os desafios a seguir enumerados deverão ser analisados e apresentados, eventualmente complementados por outros desafios relevantes para o Programa e seus objetivos que possam surgir durante a prestação:
 - Participação das mulheres no comércio turístico do distrito de Icoaraci e da Rota da Cerâmica (em todo o ciclo de produção e comercialização; avaliação do grau de autonomia econômica associada a estas atividades (mais ou menos forte valor acrescentado/economia de subsistência ou não, etc.)) e identificação das suas necessidades, nomeadamente de formação;
 - Acesso aos recursos econômicos (emprego, serviços financeiros, propriedade, herança, etc.) e identificação das necessidades em termos de inserção profissional e inclusão financeira (garantias, etc.);
 - Acesso diferenciado ou não em função do gênero aos serviços e infra-estruturas de base, nomeadamente ao saneamento, à mobilidade e aos serviços de urbanização (com a consideração das problemáticas de segurança);
 - Lugar das mulheres na governança local (representatividade das mulheres nos órgãos de gestão do território) nomeadamente sobre as questões de adaptação às alterações climáticas;
 - Fatores de vulnerabilidade diferenciada por gênero aos efeitos das mudanças climáticas.
- Com base nisso, será identificado a necessidade do reforço das capacidades e acompanhamento da gestão de projeto e dos parceiros para a estruturação de um programa de formação e sensibilização sobre a integração das questões de gênero e a inclusão social no projeto. A apetência e o interesse da direção do projeto quanto à ambição gênero do Programa deverão igualmente ser destacados.
- Serão definidos critérios prioritários na atribuição de alojamentos e realocações (Componente 2), tendo em conta a situação das mulheres encarregadas de família ou de pessoas dependentes, as mulheres vítimas de violência.
- Identificação das necessidades de formação profissional das mulheres da zona alvo, tendo em conta a sua pertença cultural, com base no estudo socioeconómico e na análise dos desafios de gênero nos setores do projeto.

1.5. Propor um modo de funcionamento do Programa baseado em um diagnóstico institucional e na avaliação das capacidades da municipalidade

Esta parte, que se apoiará em particular nas trocas com as equipas municipais encarregadas da execução do Programa ou de programas similares anteriores com outros financiadores, bem como o

conhecimento do consultor dos procedimentos relativos aos financiadores internacionais, como a AFD, o Banco Mundial ou o BID, visará:

- **Análise crítica da organização atual do município** para a implementação de projetos urbanos e/ou de projetos financiados por financiadores internacionais (organograma, governança, direção e planejamento, criação de Unidades de Gestão de Programa e seu modo de funcionamento e financiamento, esquema fiduciário/circuito financeiro, controle e auditoria, etc.) e a identificação de possíveis dificuldades e recomendações associadas para o futuro Programa; A análise do papel das duas instâncias de participação cidadã - Fórum municipal sobre mudança climática e o Fórum de participação municipal «Tá Selado!» - no planejamento e na condução (sua estruturação, atividades e contribuição na revisão do plano diretor e na execução do programa;
- **Proposta** de um esquema institucional e modo de funcionamento para o Programa: confirmação da ou das obras e do esquema institucional associado, identificação das suas respectivas responsabilidades, identificação dos outros intervenientes do projeto, proposta de uma comitologia pertinente para a duração da instrução e execução do Projeto; as propostas terão em conta as modalidades de inclusão da comunidade do distrito de Icoaraci, das ONGs e outros atores e instâncias relevantes, nomeadamente as instâncias de participação cidadã (incluindo organizações de mulheres ou representantes dos interesses estratégicos das mulheres ou dos diferentes tipos de identidade de género), na elaboração e execução do Programa;
- **Propostas relativas à gestão do programa**, através da criação de uma Unidade de Gestão de Programas, cujas responsabilidades, funcionamento, organograma e composição serão detalhados pelo consultor (detalhando os perfis e currículos procurados e garantindo uma representação significativa de mulheres e de expertise de género), o modo de seleção/recrutamento e os custos associados, baseando-se nas experiências anteriores do município com outros financiadores, bem como em intercâmbios com as equipas municipais e a AFD;
- Propostas relativas **ao esquema fiduciário do programa**: gestão dos desembolsos e dos fluxos financeiros, pagamentos, rastreabilidade das despesas, etc.
- **A avaliação das capacidades operacionais, técnicas, institucionais e financeiras da Câmara Municipal, em particular dos** secretariados municipais e das equipas envolvidas, para pilotar e implementar o Programa;
- **Uma análise e propostas relativas** aos elementos constantes do Componente 3.3 de Gestão do Programa (4 M€ segundo a Carta Consulta), incluindo os custos associados a cada atividade e a identificação das entidades responsáveis pela sua implementação, bem como um calendário estimado de preparação e execução e recomendações relativas a atividades de formação, capacitação e cooperação técnica para o controle da obra, que poderiam ser financiadas no âmbito deste Componente 3.3 do Programa ou eventualmente por um financiamento posterior da AFD em fase de execução.

1.6. Propor um quadro lógico do programa com indicadores de acompanhamento

O consultor deverá propor um quadro lógico do Programa com indicadores de acompanhamento e resultados do Programa que permitam medir os progressos e avaliar os impactos do Programa. O quadro lógico especificará os valores de referência, as metas e a periodicidade das medições de cada indicador. Abordará especificamente os resultados esperados do projeto em termos de (i) igualdade de género, (ii) biodiversidade, (iii) adaptação às mudanças climáticas, em relação aos riscos físicos identificados (inundações, inundações, incêndios florestais e ondas de calor), (iv) mitigação das alterações climáticas (v) de uma

segmentação dos beneficiários do Programa para as populações desfavorecidas ou vulneráveis. Deverá também ser considerada a integração de indicadores de acompanhamento relacionados com as operações de reinstalação, para avaliar, nomeadamente, a restauração das condições de vida e os meios de subsistência e as métricas a serem utilizadas.

Metodologia da Atividade 1:

Esta atividade será baseada, nomeadamente, em:

- revisão dos investimentos previstos na Carta *Consulta e da* revisão dos estudos técnicos disponíveis, se for o caso;
- um diagnóstico de campo (uma ou duas missões no local);
- Intercâmbio com as equipas técnicas municipais e outros agentes públicos envolvidos no projeto, bem como com todas as partes interessadas;
- análise dos documentos estratégicos do Município de Belém (Plano Diretor, Plano Clima, Plano de Contingência dos riscos climáticos, Esquema de saneamento, Esquema de drenagem, estratégia de mobilidade, etc.).

Uma boa articulação será necessário entre as diferentes atividades para evitar ao máximo a duplicação entre os resultados e garantir a coerência dos elementos entre eles.

Entrega esperada para a Atividade 1:

O **Produto nº1** será um relatório completo que apresenta os resultados do conjunto das atividades 1.1 a 1.6.

O relatório conterá um resumo executivo de 5 a 10 páginas, no máximo, bem como os mapas e elementos técnicos relevantes.

O relatório incluirá, no mínimo, os seguintes anexos:

- Um quadro Excel que resume os principais dados relativos ao plano de financiamento detalhado (especificando cada intervenção prevista por componente, com um orçamento associado e a identificação das entidades responsáveis pela sua execução, bem como um calendário estimado para a elaboração dos estudos e a execução dos trabalhos).
- Um Plano de Contratação em formato Excel, conforme o modelo fornecido pela AFD.

2. Atividade 2: Elaboração do Marco de Gestão Ambiental e Social (MGAS)

Identificação preliminar de riscos e impactos A&S

Na fase de identificação do Programa pela AFD, este foi classificado como A, correspondente a um nível de risco A&S elevado. As questões de A&S significativas identificadas de forma preliminar estão relacionadas ao processo de reassentamento físico e económico de cerca de 1500 famílias (componentes 1 e 2 do Programa), à presença de comunidades tradicionais (habitantes das casas de palafitas) mesmo indígenas, um índice elevado de insegurança a nível da zona de intervenção do Programa, assim como a preservação da biodiversidade face aos investimentos relativos à criação do

parque linear (componente 1) e ao nível dos terrenos identificados para a construção de habitações alternativas situadas em zonas arborizadas (componente 2).

Esta classificação implica⁷, em conformidade com⁸ a política de controle dos riscos A&S da AFD, que a avaliação e gestão dos riscos e impactos A&S deverão estar alinhados com as regulamentações nacionais e internacionais aplicáveis no país em causa (incluindo as convenções da OIT) e com as melhores práticas internacionais de A&S, em particular com as Normas Ambientais e Sociais (NAS) do Banco Mundial e as Diretrizes Ambientais, saúde e segurança Gerais da Sociedade Financeira Internacional (IFC).

Conforme especificado no nível de atividade 1 da prestação, a conformidade dos investimentos do Programa com a lista de exclusão do grupo AFD deverá ser analisada. Em particular, no que diz respeito a:

- Artigo 17 (biodiversidade) para verificar a compatibilidade das atividades do programa com o quadro regulamentar para a gestão das áreas protegidas em questão e a proteção de habitats críticos; e identificação de estudos complementares, se necessário.
- Artigo 19 (reassentamento forçado) para verificar se não houve desalojamento forçado na concepção das Nações Unidas no local de impacto do projeto previsto, para a qual pode ser estabelecida uma relação de causalidade com o objeto do projeto e para a qual se constata uma impossibilidade material de compensar.

Objetivos e alcance do MGAS

Elaboração de um Marco de Gestão Ambiental e Social (MGAS) é necessária no âmbito deste Programa, uma vez que as informações disponíveis nesta fase da instrução sobre as características dos investimentos ainda não são suficientemente precisas para poder realizar os estudos ambientais e sociais necessários: Estudo de Impacto Ambiental e Social (EIA) e Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS). Este MGAS é adotado no âmbito dos projetos com um nível de riscos A&S elevado e importante.

A preparação do MGAS faz parte da instrução do Programa para:

- Conceber um projeto que respeite o ambiente e as populações locais, definindo todas as atividades e medidas a implementar para melhorar a qualidade ambiental e social do programa;
- Cumprir os requisitos da regulamentação ambiental e social (A&S) nacional, em particular os requisitos das autoridades ambientais;
- Informar o processo de tomada de decisão da AFD, verificando a viabilidade social e ambiental dos investimentos propostos, a fim de limitar os riscos legais, financeiros e de reputação; e satisfazer as exigências da AFD.

O objetivo do MGAS é dispor de uma avaliação preliminar A&S do Programa, detalhando todas as partes que podem ser desenvolvidas a partir das informações disponíveis e «enquadrando» as partes que ainda devem ser desenvolvidas (especificando as ações que ainda devem ser realizadas, em particular em termos de estudos A&S, as ferramentas e a metodologia que serão implementadas para isso, etc.). O MGAS também permite definir a gestão A&S do programa, definindo os recursos e meios humanos e financeiros associados.

⁷ [Política de controlo dos riscos ambientais e sociais ligados às operações financiadas pela AFD | AFD - Agência Francesa de Desenvolvimento](#)

⁸ <https://projects.banquemondiale.org/fr/projects-operations/environmental-and-social-framework/brief/environmental-and-social-standards>

Com base na documentação existente, visitas de campo e encontros dos principais interlocutores envolvidos no Programa, o MGAS deverá permitir:

- Apresentar os regulamentos locais de A&S aplicáveis ao programa e identificar os padrões internacionais de A&S aplicáveis ao programa. Se a presença dos povos indígenas for confirmada, o consentimento livre, prévio e informado dos povos indígenas será necessário (NES 7) e deverá ser documentado em um Plano de Engajamento das Partes Interessadas;
- Ter uma análise das conformidades e lacunas entre a regulamentação A&S local e os padrões internacionais de A&S, bem como, quando necessário, medidas operacionais para preencher as lacunas encontradas, para definir o quadro de avaliação e gestão da A&S aplicável ao Programa;
- De acordo com a regulamentação A&S local, identificar para cada um dos componentes/subcomponentes as autorizações ambientais, sociais, patrimoniais e diligências A&S e planos de ação associados a produzir, bem como os prazos e custos associados;
- Dispor de uma avaliação dos principais riscos e impactos A&S do Programa (componentes/subcomponentes e infraestruturas associadas) bem como⁹ das medidas de mitigação correspondentes seguindo a sequência: «Evitar, Reduzir, Compensar» os impactos A&S;
- Propor alternativas e variantes ao programa, tecnicamente viáveis, que permitirão evitar ou reduzir os impactos A&S;
- Propor uma ferramenta de screening dos impactos A&S que permita, por um lado, determinar o nível de riscos A&S de cada componente/subcomponente (segundo a classificação escolhida pela AFD, ou seja: A, B+, B ou C); e, por outro lado, definir as diligências A&S necessárias, o quadro regulamentar aplicável (regulamentação nacional para os projetos B e C; ou regulamentação nacional e normas internacionais de A&S para os projetos A e B+) bem como o calendário e os custos estimados associados;
- Propor uma primeira classificação para cada um dos subcomponentes do programa e justificá-la;
- Avaliar a capacidade e as competências¹⁰ do gestor da obra para assegurar a gestão A&S do Programa, incluindo o seu Sistema de Gestão Ambiental e Social (SGAS) ou as medidas de gestão A&S implementadas no âmbito dos subcomponentes em fase de exploração, de acordo com a metodologia de avaliação proposta pela International Finance Corporation (IFC) abrangendo as seguintes nove áreas: i. conjunto de políticas e procedimentos, ii. Identificação de riscos e impactos, iii. Programas de gestão, iv. Capacidades e competências organizacionais, v. Preparação e resposta a situações de emergência, vi. Envolvimento das partes interessadas, vii. Comunicação externa e mecanismo de gestão de reclamações, viii. Divulgação contínua da informação às comunidades afetadas, ix. Acompanhamento e avaliação.
- Identificar as necessidades de capacitação, se necessário, e estimar os custos e fontes de financiamento associados; e propor os arranjos organizacionais necessários para a implementação da gestão A&S do Programa;
- Produzir termos de referência (TDR) que atendam aos requisitos das autoridades locais relevantes e as melhores práticas internacionais aplicáveis de A&S, que serão utilizados para os componentes/subcomponentes classificados como A e B+;

⁹ Por «infra-estruturas associadas» entende-se as instalações ou actividades que não são financiadas no âmbito do projeto, mas que: a) estão directa e estreitamente ligadas ao projeto; b) são realizadas ou devem ser realizadas em simultâneo com o projeto; e c) necessários para a viabilidade do projeto e não teriam sido construídos, expandidos ou realizados se o projeto não tivesse existido. Para serem consideradas infra-estruturas associadas, as instalações ou actividades em questão devem satisfazer os três critérios.

¹⁰ <https://www.ifc.org/en/insights-reports/2015/publications-handbook-esms-general>

- Desenvolver uma estratégia de participação das partes interessadas e de divulgação da informação, em particular junto das comunidades afetadas;
- Definir o programa de acompanhamento e avaliação A&S do Programa, bem como os meios associados;
- Estimar o orçamento associado à gestão dos riscos e impactos A&S e propor um calendário de implementação.

Entrega esperada para a Atividade 2, conteúdo do MGAS

O **Produto nº2 assumirá** a forma de um MGAS elaborado segundo as exigências e as boas práticas dos financiadores internacionais (AFD, Banco Mundial, BID etc.), descrevendo o processo de avaliação e mitigação dos riscos ambientais e sociais do Programa e seus investimentos. Este MGAS inclui uma estratégia de consulta e um Plano de Envolvimento das Partes Interessadas.

Articulações são esperadas durante a produção deste produto com os outros produtos, especialmente aqueles das atividades 1 e 2.

O produto será apresentado em formato Word e no modo de acompanhamento das alterações para versões intermediárias.

O Consultor organizará reuniões de revisão das versões intermediárias e finais do MGAS com os atores envolvidos na implementação do MGAS para facilitar a validação do resultado final.

3. Atividade 3: Elaboração do Marco de Política de Reassentamentos Involuntários (MPR)

Objetivos e alcance do MPR

Um Marco de Política de Reassentamento Involuntário (MPR), em conformidade com as melhores práticas internacionais e, em particular, com a Norma Ambiental e Social nº5 «Aquisição de terras, restrições ao uso da terra e reinstalação forçada» do Banco Mundial, é necessária no âmbito deste Programa, uma vez que a informação disponível nesta fase da instrução sobre as características dos investimentos ainda não é suficientemente precisa para poder preparar um plano de ação completo de reassentamento involuntário (PAR).

Com base na documentação e nos dados existentes e facilmente acessíveis, visitas a locais e reuniões com partes interessadas e pessoas afetadas pelo programa, o MPR deverá permitir:

- Apresentar o quadro jurídico aplicável (i) explicitando o conteúdo das leis e regulamentações nacionais aplicáveis, incluindo o processo de expropriação para projetos de utilidade pública, e suas consequências sobre a condução dos deslocamentos; (ii) analisando as lacunas entre as leis nacionais e suas aplicações concretas (iii) analisando as lacunas entre as leis e regulamentações nacionais e os requisitos do Grupo AFD, nomeadamente os da NES 5 do Banco Mundial e (iv) propor as medidas adequadas para reduzir ou eliminar esses diferentes níveis de discrepância;
- Ter uma primeira avaliação dos riscos associados à reinstalação involuntária, ao deslocamento físico e econômico e as principais medidas a implementar e os procedimentos a seguir para concluir futuras diligências em matéria de reassentamento involuntário ou outros deslocamentos, se tiverem identificado para a realização futura dos planos de ação de reassentamento (PAR);
- Identificar os componentes/subcomponentes do programa que podem gerar deslocamentos físicos e/ou econômicos, estimar a natureza e a magnitude dos deslocamentos e propor alternativas e variantes aos componentes/subcomponentes em questão, tecnicamente viáveis, que permitam evitar ou reduzir as reinstalações;

- Apresentar os tipos de terras identificadas e/ou uma tipologia dos estatutos fundiários: i. populações a serem deslocadas (formal, informal, legal, ilegal); ii. locais de reinstalação identificados. Para estes últimos, identificar e estimar financeiramente as instalações necessárias à viabilização e ao ordenamento dos terrenos a fim de oferecer às populações deslocadas condições de vida pelo menos equivalentes às que gozavam anteriormente;
- Identificar as categorias a que as pessoas a deslocar podem pertencer e os critérios de pertença a essas categorias;
- Apresentar os procedimentos organizacionais previstos para a atribuição dos direitos, assistências e ajudas (matriz de elegibilidade);
- Apresentar as medidas previstas para ajudar as populações afetadas no seu esforço de restauração ou melhoria dos seus meios de subsistência. O MPR procura descrever os métodos e procedimentos pelos quais as comunidades afetadas identificam e escolhem as diferentes medidas de compensação possíveis, bem como os métodos e procedimentos pelos quais os membros das comunidades afetadas poderão escolher entre várias opções;
- Apresentar os mecanismos de recurso, resolução das queixas e reparação dos danos;
- Apresentar a metodologia e os procedimentos de: i. consulta e participação das populações deslocadas e das comunidades anfitriãs, no planeamento, preparação, execução e acompanhamento do MPR e do ou dos PAR, ii. produção dos estudos sócio-econômicos, iii. recenseamentos, iv. avaliação dos bens e ativos afetados e v. gestão de reclamações/queixas aplicáveis ao contexto social local. A metodologia e os procedimentos propostos deverão ser sensíveis ao género, prestando especial atenção à participação e tratamento dos grupos vulneráveis cuja definição deve ser apresentada.
- Identificar os atores e instituições responsáveis pela aquisição de terras que estarão envolvidos na implementação do processo de reassentamento. Avaliar as capacidades de gestão destes atores e identificar as necessidades em matéria de reforço, se for caso disso, assegurando que seja proposta uma estimativa financeira;
- Descrever as condições de implementação dos deslocamentos no âmbito do ou dos PAR a produzir, e da sua coordenação com o avanço da execução dos trabalhos previstos no âmbito do programa ou de cada um dos componentes/subcomponentes;
- Apresentar o dispositivo de acompanhamento e avaliação implementado pelo organismo responsável pela execução do PAR ou dos PAR e o dispositivo de auditoria independente;
- Propor termos de referência em conformidade com os procedimentos locais e as orientações do NES 5 do Banco Mundial, que serão utilizados para os componentes/subcomponentes que geram deslocamento físico e/ou económico;
- Apresentar o cronograma de implementação dos mecanismos de financiamento da reinstalação para elaborar e implementar os PAR para os componentes/subcomponentes em questão, incluindo a estimativa de custos, as fontes de financiamento os fluxos financeiros e as provisões para imprevistos.

Entrega esperada para a Atividade 3, conteúdo do MPR

O **Produto nº3 assumirá** a forma de um Marco de Política de Reassentamentos Involuntários (MPR) elaborado segundo as exigências e as boas práticas dos financiadores internacionais (AFD, Banco Mundial), descrevendo os riscos de reassentamento involuntário e especificando as medidas corretivas e os procedimentos a implementar para a realização futura dos planos de ação de reassentamento (PAR).

Articulações são esperadas durante a produção deste produto com os outros produtos, especialmente aqueles das atividades 1 e 2.

O produto será apresentado em formato Word e no modo de acompanhamento das alterações para as versões intermediárias.

O Consultor organizará reuniões de entrega das versões intermediárias e finais do MPR com os atores envolvidos na implementação do MPR para facilitar a validação do resultado final.

4. Atividade 4: Avaliação dos procedimentos e capacidades da cidade de Belém para as licitações (aquisições)

Contexto da atividade

Um plano de aquisições (PPM) do programa será preparado e validado pela AFD no início do programa, sendo atualizado regularmente. O município será responsável pela elaboração dos dossiês de licitação, bem como pela adjudicação e execução dos contratos. Os contratos serão adjudicados de acordo com as Diretrizes de Contratação da AFD e a "cláusula padrão" para a adjudicação dos contratos constantes das convenções de financiamento da AFD no Brasil. Os procedimentos de verificação e controle dos contratos pela AFD (Aviso de Não Objeção da AFD em determinadas etapas) serão definidos no PPM. Os pagamentos às empresas serão feitos pelo município, através de uma conta bancária dedicada ao projeto e aberta pelo município para receber os desembolsos da AFD realizados sob a forma de adiantamentos renováveis. Cada pagamento, exceto o primeiro, será sujeito à prova de que pelo menos 80% dos fundos pagos anteriormente foram usados. O controle externo da utilização dos fundos será efetuado através de auditorias externas anuais (pelo Tribunal de Contas do Estado, órgão independente encarregado de controlar e inspecionar as despesas municipais, ou por uma entidade externa privada), que irá verificar se os fundos estão sendo usados corretamente.

Os procedimentos da AFD geralmente incluem um controle ex ante dos procedimentos de contratação para novos beneficiários de financiamento da AFD, como é o caso do município de Belém. Para facilitar a execução do programa, a AFD gostaria de instaurar, na medida do possível, no quadro acima descrito, um controle ex post dos contratos financiados, segundo modalidades a determinar (exemplo: através de uma auditoria externa) e após um diagnóstico prévio e análise das diferenças entre os procedimentos do município e as Diretrizes de Contratação da AFD. Esta abordagem ex post requer, portanto, uma compreensão aprofundada do desempenho do processo de contratação pública e das capacidades do município nesta matéria. Com efeito, em caso de não cumprimento das Diretrizes da AFD sobre a adjudicação dos contratos, as despesas efetuadas podem tornar-se inelegíveis para o financiamento da AFD.

Descrição da atividade

Esta atividade inclui as seguintes 5 etapas:

- **Análise dos procedimentos de contratação do município de Belém e da sua conformidade com as Diretrizes da AFD (gap analysis)** : o consultor realizará um diagnóstico específico do quadro aplicável à contratação pública pelo Município de Belém, a fim de identificar lacunas ou desvios das Diretrizes de Contratação da AFD. Em particular, a análise permitirá avaliar em detalhe o processo de adjudicação dos contratos públicos para as obras, bens, prestações intelectuais (cf. grelha de análise padrão disponível em anexo). Esta análise incidirá, nomeadamente, para o município, sobre a qualidade do quadro jurídico relativo aos contratos públicos (leis e regulamentos aplicáveis, mecanismos de auditoria e controlo, etc.) e sobre a qualidade dos documentos de concurso (transparência, abertura, equidade e qualidade dos critérios de qualificação e avaliação). O consultor também irá examinar os resultados do PEFA ou outras análises dos sistemas de contratação pública para a Prefeitura de Belém, se houver, bem como o índice de percepção da corrupção da Transparency International. Estudos preliminares já realizados pela AFD no Brasil, a nível nacional, serão fornecidos ao consultor.

- **Análise dos procedimentos utilizados pelo município de Belém para implementar os seus projetos, com base na sua experiência anterior com outros financiadores.** Os principais pontos de análise desta atividade são:
 - Competências e capacidades observadas do município na gestão dos projetos financiados por financiadores;
 - Competências e recursos da equipa do município responsável pelo controlo de riscos e pela adjudicação de contratos;
 - Avaliação da relevância da organização do município para a adjudicação de contratos em projetos financiados através de financiamento externo internacional (ex: criação de uma unidade de compra dedicada a cada programa, etc.) e eventuais recomendações; Dominar as boas práticas internacionais;
 - Qualidade das auditorias anteriores realizadas nos contratos (em especial se foram autorizados controlos ex post) e nas sociedades de auditoria
 - Análise de uma amostra de 2 a 3 contratos já realizados pelo município (obras, prestações intelectuais), entre os quais um relativo a um contrato financiado por um locador internacional, e inventariar as eventuais dificuldades encontradas e soluções propostas
 - Ega-condicionalidade
- **Recomendações operacionais para o Programa financiado, visando a boa implementação dos procedimentos de acordo com as Diretrizes de Contratação da AFD e os procedimentos da avaliação ex post a serem previstos.**

Se o diagnóstico das atividades anteriores revelar desvios das Diretrizes da AFD em matéria de contratação, ou identificar riscos na matéria, serão propostas medidas corretivas para permitir uma avaliação ex post no âmbito da execução do financiamento da AFD.

Os riscos podem ser de diferentes tipos e cobrir, por exemplo:

- Os riscos associados à capacidade do beneficiário: poderá ser necessário implementar medidas de acompanhamento técnico (reforço das capacidades para o planeamento, a adjudicação e o acompanhamento dos contratos; fornecimento de equipamento e/ou software adequados, assistência técnica, etc.).
- Riscos residuais identificados no quadro legal e regulamentar do município (estudos preliminares já realizados pela AFD no Brasil, a nível nacional, serão fornecidos à empresa de consultoria) : Poderá ser necessário propor a implementação de medidas de gestão de riscos, tais como adaptações nos documentos de licitação ou um mecanismo de revisão para os documentos de licitação padrão.

As recomendações também abordarão os seguintes elementos:

- Impacto e riscos para a execução do Programa se alguns contratos não forem adjudicados corretamente e forem declarados inelegíveis ao financiamento da AFD
- Assistência técnica existente ou prevista para a contratação no âmbito do Programa, utilizada para assegurar o cumprimento das diretrizes da AFD e dos requisitos dos contratos adjudicados com os financiamentos dos financiadores (ligação a fazer com a Atividade 2 dos presentes TDR)
- Com base no plano de financiamento e no plano de contratação (PMP) do programa, identificação dos contratos que podem ser particularmente sensíveis aos riscos devidos devido ao seu montante, à sua importância para a execução do conjunto do programa (por exemplo, no que diz respeito à componente 3 da gestão do programa),

do seu sector, o que poderia justificar uma concorrência internacional ou um controlo específico.

- **Recomendações** e TDR para a auditoria ex post de adjudicação de contratos. Estes termos de referência deverão permitir cobrir os riscos inerentes ao controlo ex post dos contratos atribuídos ao financiamento da AFD. O consultor analisará também se é possível incluir esta tarefa de verificação dos contratos ex post no contrato geral de auditoria externa do programa (que pode ser realizada pelo Tribunal de Contas, ou por um auditor privado externo) ou se é preferível ter um contrato específico para a auditoria ex post dos contratos com eventualmente.
- **Analisar e emitir parecer** sobre os documentos padrão de licitação e modelos de contrato do município e recomendar adaptações a estes, se necessário para o projeto financiado pela AFD. O consultor deverá propor ajustes aos documentos de licitação e contratos utilizados pelo município para garantir a conformidade com as Diretrizes de Contratação da AFD. Estes ajustes incluirão a integração da declaração de integridade, um instrumento-chave da política de conformidade nos contratos financiados pela AFD e os requisitos ambientais e sociais.

Entregas previstas para a Atividade 4:

O **Produto nº4** será um relatório completo que apresenta os resultados de toda a atividade 4.

Apresentará, nomeadamente, os seguintes pontos: (i) Análise dos procedimentos de adjudicação do município e quadro aplicável à adjudicação de contratos, bem como as divergências em relação às Diretrizes da AFD; (ii) diagnóstico baseado na experiência do município em outros programas financiados por financiadores internacionais; (iii) se necessário e pertinente, identificação de propostas de medidas de mitigação de riscos para o Programa; (vi) Modalidades da auditoria de controlo ex post e recomendações para o contrato de auditoria.

Incluirá, no mínimo, os **seguintes** anexos: Documentos-tipo de licitações e modelos de contrato.

5. Atividade 5: Elaboração do Plano de Ação de Gênero do Programa

Um Plano de Ação de Gênero será preparado para permitir uma integração transversal do gênero e da interseccionalidade no Programa, numa perspectiva de transformação social sustentável.

Com base no diagnóstico realizado previamente no âmbito da Atividade 1.4 e do conteúdo proposto para o Programa, o Prestador construirá, em coordenação e colaboração com a responsável pelo projeto junto à prefeitura de Belém e a AFD, o Plano de ação de gênero (PAG) do Programa.

Este Plano de Ação de gênero integrará a definição de um objetivo de redução das desigualdades entre mulheres e homens para o Programa, que deverá ser explicitamente formulado. Este objetivo será declinado num conjunto de atividades para o Programa identificando as ações que terão maior impacto (melhoria das condições de vida, melhoria da situação das mulheres e da sua posição na comunidade/sociedade), descritos de forma precisa e operacional e acompanhados das medidas de acompanhamento-avaliação. Conterá os objetivos específicos, as atividades e sua relação com os componentes do projeto, o orçamento, as secretarias municipais responsáveis, os indicadores e os meios de verificação da realização. O Plano de Ação será apresentado de forma resumida no formato proposto em Anexo. As ações propostas deverão estar em ligação direta com os investimentos, ser

quantificadas e financiadas no âmbito do Programa. Se necessário, será acompanhado de uma narrativa detalhando o conteúdo das atividades propostas.

Entrega esperada para a Atividade 5:

O **Produto nº5 assumirá** a forma de um Plano de Ação de Gênero segundo o formato-tipo indicado pela AFD.

6. Atividade 6: Aprofundamento e preparação da operacionalização do Programa

A atividade 6 será uma continuação das atividades anteriores e tem como objetivo facilitar a execução do Programa após a concessão de financiamento pelas instâncias decisórias da AFD ao município de Belém.

As ações incluem:

- Em conexão com todas as atividades anteriores, elaboração de um Manual Operacional do Programa
- Apoiar a equipe municipal de Belém na preparação e elaboração dos termos de referência dos estudos técnicos complementares (relacionados com a atividade 1 e a atividade 4);
- Formular recomendações, se necessário, e elaborar termos de referência para um programa de cooperação técnica que possa ser financiado posteriormente pela AFD e que vise apoiar e promover a integração da biodiversidade na estratégia urbana do município (conteúdo e principais eixos, exemplo de atividades, intervenientes e beneficiários na organização do município, modo de funcionamento do programa, dimensionamento/montante do programa, etc.);
- Apoiar a equipe municipal de Belém na preparação e elaboração dos termos de referência das atividades de formação e reforço de capacidades da gestão da obra que serão financiadas nomeadamente no Componente 3 do Programa, em ligação com a Atividade 2).

Entregas previstas para a Atividade 6

Os **Produtos da atividade nº6** serão:

- Um Manual Operacional do Programa (modelo fornecido pela AFD)
- Termos de referência de estudos ou programas de cooperação técnica ou formação.

IV. Modalidades de realização do estudo (calendário, metodologia, resultados e dimensionamento da prestação)

Prazos de entrega dos resultados

Será organizada uma **reunião de lançamento** à distância com a AFD e o município de Belém no início da prestação, o mais tardar uma semana após a assinatura do contrato entre a AFD e o prestador.

Os consultores selecionados deverão realizar pelo menos uma **missão de campo** de, no mínimo, uma semana. Esta será realizada o mais rápido possível após a reunião de lançamento. Será composta ao menos do especialista em desenvolvimento urbano e de (s) perito (s) em estudo de impacto ambiental e social). Serão necessárias reuniões com a prefeitura e os diferentes órgãos responsáveis pelo Programa. Dependendo das necessidades, a equipe pode ter que fazer várias viagens.

Atividades e entregas	Data de entrega dos resultados
<i>Início da entrega e reunião de lançamento: T0 + 1 semana</i>	
<i>Missão de campo: 1o mês da prestação</i>	
<u>Entrega do Produto nº1: Relatório detalhado de apresentação do Programa (versão preliminar)</u>	T0 + 1,5 meses
<u>Entrega do Produto nº2: MGAS (versão preliminar)</u>	T0 + 1,5 meses
<u>Entrega do Produto nº3: MPR (versão preliminar)</u>	T0 + 1,5 meses
<i>Calendário AFD: a título indicativo, em T0 + 2 meses (final de junho 2025):</i> <ul style="list-style-type: none"> - Missão da equipe de projeto AFD com base nas versões provisórias dos resultados nº 1, 2 e 3 - Entrega da documentação interna AFD Comitê de crédito da AFD com base nas versões provisórias dos resultados nº 1, 2 e 3 	
<u>Entrega das versões finais dos Produtos nº1, 2, 3</u>	T0 + 2 meses
<u>Entrega do Produto nº4: Análise e recomendação sobre a contratação</u>	T0 + 3 meses
<u>Entrega do Produto nº5: Plano de ação gênero</u>	T0 + 3 meses
<u>Entrega dos Produtos da Atividade nº6: Manual Operacional do Programa, termos de referência e outros documentos operacionais</u>	T0 + 4-5 meses
<i>Calendário AFD: a título indicativo, T0 + 4 meses (agosto 2025):</i> <i>Entrega da documentação interna AFD definitiva às Instâncias de decisão da AFD com base nas versões finais dos resultados nº 1, 2 e 3 e nos resultados nº4 e 5</i>	

É essencial que os consultores cumpram o calendário acordado e concluam todas as tarefas dentro do prazo estabelecido para as instâncias de validação do financiamento pela AFD.

Metodologia e modalidades de pilotagem do estudo

Condução do estudo

Será organizada uma **reunião de lançamento** à distância com a AFD e o município de Belém no início da prestação, o mais tardar uma semana após a assinatura do contrato entre a AFD e o prestador. Nesta reunião, o consultor apresentará, através de uma apresentação em powerpoint, a sua metodologia, as fontes de dados e ferramentas identificadas, bem como um plano de trabalho e um

calendário atualizado da prestação, com as datas de missão de campo e entrega dos entregáveis. Os desafios do projeto serão atualizados conforme necessário com o município.

Reuniões de status também serão **realizadas regularmente e na entrega dos resultados de cada atividade**.

No final da missão, uma **reunião de encerramento à qual** serão convidadas todas as partes interessadas do programa permitirá validar os resultados finais entregues pelo consultor.

Metodologia

De modo geral, a prestação será realizada pelo Consultor sob a supervisão da AFD e em estreita ligação com o município de Belém.

A equipe do projeto AFD (agência de Brasília e sede) garantirá a validação dos resultados com base em sua clareza e legibilidade, sua relevância para as tarefas mencionadas anteriormente e suas conclusões operacionais.

O prestador compromete-se a designar um interlocutor único encarregado de acompanhar o presente contrato.

Formato de entrega

Os resultados de cada atividade serão enviados em versão preliminar para a AFD e o município, e serão apresentados em uma reunião. Uma versão final, integrando as observações da AFD e da contraparte, será então preparada pelos consultores.

Os relatórios (provisório e final) deverão ser entregues em formato word (com alterações aparentes) e PDF (sem modificações aparentes).

A prestação será realizada em língua portuguesa, e os entregáveis deverão também ser redigidos em português.

Apresentações em PowerPoint que permitem sintetizar cada entrega com os resultados das diferentes atividades para o município e a AFD serão preparadas pelo consultor, conforme necessário, além das entregas.

Dimensionamento da prestação

O dimensionamento da prestação é estimado em cerca de 185 **dias/homem** distribuídos de forma indicativa como segue (todas as peritagens combinadas) segundo os resultados esperados:

Entregas	Estimativa j. / h
Produto nº1: Relatório detalhado de apresentação do Programa	90
Produto nº2: MGAS	35
Produto nº3: MPR	10
Produto nº4: Análise e recomendações sobre a contratação	30
Produto nº5: Plano de ação gênero	10
Produtos da Atividade nº6: Manual Operacional do Programa, termos de referência e outros documentos operacionais	20
TOTAL	190

V. Competências e experiência necessárias

O Consultor pode ser uma empresa de consultoria ou um consórcio de empresas que conheça muito bem a área de intervenção. Deverá demonstrar uma experiência comprovada em engenharia e preparação de projetos de desenvolvimento financiados por financiadores internacionais, se possível junto da AFD.

A equipe de especialistas proposta pelo Consultor deverá ter as qualificações e experiências necessárias para a boa realização das tarefas e dos resultados mencionados anteriormente.

Mais especificamente, a equipe deverá apresentar pelo menos os seguintes perfis e competências (o Consultor é livre de adaptar a sua proposta de equipe justificando-a):

- Especialistas em desenvolvimento urbano/ programação urbana:
 - o Diploma de pós-graduação em urbanismo, desenvolvimento urbano ou em um campo relacionado (arquitetura, paisagem) de uma grande universidade.
 - o Pelo menos 10 anos de experiência profissional na área de planejamento urbano, concepção e implementação de projetos de espaços públicos, paisagismo (praças, parques, estradas), parques urbanos e espaços naturais em cidades, equipamentos públicos e habitação. Experiência/ conhecimento das problemáticas relativas ao desenvolvimento de margens, cidades costeiras.
 - o Experiência em desenvolvimento urbano e mobilidade, integrando desafios de mudança climática, redução e gestão do risco de desastres, biodiversidade e soluções baseadas na natureza.
 - o Experiência de trabalho no Brasil. Uma expertise/conhecimento das problemáticas da região amazônica seria diferencial.
 - o Experiência de colaboração com as autoridades locais brasileiras e profundo conhecimento do contexto regulatório brasileiro e dos processos administrativos e técnicos de projetos urbanos similares.
 - o Fortes habilidades analíticas e capacidade de usar dados quantitativos e qualitativos para informar a tomada de decisões.
 - o Experiência prática na utilização de sistemas de informação geográfica (SIG), conhecimento dos aspectos técnicos da gestão e utilização de dados geográficos e conhecimento da geometria das coordenadas, conversão e validação de dados, de análise espacial e visualização.
- Especialista em hidrologia, ambiente, engenharia civil, gestão de água e inundações urbanas, drenagem ou águas residuais. Diploma de pós-graduação/ engenheiro, 10 anos de experiência, conhecimento/ conhecimento das problemáticas e projetos de re-naturalização de cursos de água na cidade, gestão ambiental, bacias hidrográficas. Soluções baseadas na natureza
- Especialista em clima (mitigação/adaptação): pelo menos 5 anos de experiência na realização de avaliações de carbono, análises de vulnerabilidades às mudanças climáticas, planos de ação climática
- Consultores e especialistas em A&S responsáveis pelas atividades 2 e 3:
 - o Expert. Ambiente, especialista em avaliação de impactos ambientais e sociais de acordo com os padrões internacionais de A&S, no âmbito de projetos de desenvolvimento urbano, num contexto semelhante e financiados pelos principais financiadores (Banco Mundial, Sociedade Financeira Internacional (SFI), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), KfW, etc.). Experiência de trabalho

específica no Brasil e conhecimento comprovado dos regulamentos locais são esperados.

- Expert. Social, especialista em avaliação de impactos ambientais e sociais de acordo com os padrões internacionais de A&S, no âmbito de projetos de desenvolvimento urbano, num contexto semelhante e financiados pelos principais financiadores (Banco Mundial, Sociedade Financeira Internacional (SFI), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), KfW, etc.). Experiência de trabalho específica no Brasil e conhecimento comprovado dos regulamentos locais são esperados.
- Expert. Internacional social, especialista em questões de reassentamento e restauração de meios de subsistência, com pelo menos 5 experiências na preparação e implementação de MPR e PAR, e realização de estudos sócio-econômicos. Experiência em projetos de desenvolvimento, em um contexto similar e financiados pelos principais financiadores (Banco Mundial, Sociedade Financeira Internacional (SFI), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), KfW, etc.) e experiência específica de trabalho com comunidades tradicionais é desejável. Experiência de trabalho específica no Brasil e conhecimento comprovado dos regulamentos locais são esperados.
- Experiência de pelo menos 10 anos de trabalho em avaliações de impacto ambiental e avaliações de biodiversidade (NES6 BM, PS6 SFI). Experiência de trabalho com projetos de desenvolvimento de bancos multilaterais de desenvolvimento na América Latina é desejável.
- Consultor/Especialista em Contratação (Atividade 4): Conhecimento suficiente das leis, regulamentos e normas de licitação do Brasil; Experiência essencial em contratos públicos no Brasil; Conhecimento das Diretrizes de Contratação da AFD ou do Banco Mundial; Experiência em auditoria de contratos; Experiência em auditoria de programas e projetos de desenvolvimento financiados por instituições internacionais.
- Consultor especializado em temas de Gênero e Desenvolvimento: formado em Ciências Sociais, com pelo menos 5 anos de experiência na condução de estudos relacionados com ações de promoção da igualdade de gênero
- Um membro da equipe de especialistas deve ter experiência em análise e implementação de mecanismos de participação e deliberação cidadã. Um conhecimento preciso do contexto brasileiro nesta vertente também é necessário.
- Se for o caso, um geógrafo/cartógrafo nacional ou internacional que conduza todo o trabalho cartográfico (mapas, cálculo de perdas-ganhos, modelação, etc.).

De modo geral, a equipe deverá ter as seguintes competências:

- Excelentes habilidades de comunicação e redação em português, além da capacidade de produzir relatórios e apresentações de alta qualidade. Dominar o francês será um diferencial.
- Experiência prévia de colaboração com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) ou outras organizações internacionais de desenvolvimento em projetos de desenvolvimento urbano e redução dos riscos de desastres desejados.

A equipe deverá também ser estruturada em torno de um Chefe de Missão **com 10 a 15 anos de experiência**, que será o ponto de contato para a AFD e para o município de Belém. Pode ser um dos

especialistas, dependendo do grau de experiência. O Chefe de missão, assessorado eventualmente com a equipe de apoio, deverá, além disso:

- Assegurar a responsabilidade global de toda a prestação;
- Garantir a qualidade de todos os resultados e da prestação;
- Assegurar a gestão contratual e o controle da utilização dos fundos e do planejamento financeiro;
- Assegurar a gestão do pessoal, em particular a identificação das necessidades de afetações a curto prazo dentro do orçamento disponível, bem como o planejamento e execução das atividades;
- Assegurar o *regular* reporte das atividades dentro dos prazos.

VI. Anexos e documentação disponíveis para a prestação

Os seguintes documentos são anexados ao termo de referência:

- Carta Consulta apresentada à COFIEIX (e anexos)
- Plano de Ação Municipal para o Clima da cidade de Belém: <https://americadosul.iclei.org/wp-content/uploads/sites/78/2024/12/plac-belem-612-v3.pdf>
- Inventário de emissões de gases com efeito de estufa do município
- Guia técnico AFD - Biodiversidade na cidade: Biodiversidade [na cidade - Guia técnico | AFD - Agência Francesa de Desenvolvimento](#)
- Metodologia de contabilização dos co-benefícios biodiversidade da AFD (Finance Nature +): Finance [Nature+: princípios de contabilização do financiamento positivo para a natureza e a biodiversidade | AFD - Agência Francesa de Desenvolvimento](#)
- Diretrizes da AFD para a adjudicação de contratos: Diretrizes [para a adjudicação dos contratos financiados pela AFD em Estados estrangeiros | AFD - Agence Française de Développement](#)
- Padrão de análise da AFD para a atividade 4 de contratação

A AFD e o Município de Belém disponibilizarão ao consultor, no início da prestação, o restante da documentação útil disponível, nomeadamente:

- Documentação complementar relativa ao Plano Diretor do município e aos documentos de estratégia e planejamento da cidade
- A ficha climática «risk screening» da AFD para o projeto
- A metodologia de balanço de carbono da AFD
- Modelo AFD de documentos úteis (plano de ação gênero, plano de contratação, Manual Operacional de Programa)
- A «cláusula padrão» da AFD para a adjudicação dos contratos incluídos nos acordos de financiamento da AFD no Brasil
- Estudo anterior já realizado pela AFD no Brasil, a nível dos países, sobre a conformidade da regulamentação nacional em matéria de aquisições com as Diretrizes de Aquisição da AFD